

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14ª Sessão Ordinária de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 17/9/2024, págs. 1/15)

Data: 24/09/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 13ª Sessão Ordinária de 2024 (10/09/2024).

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedido de Vista

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2024 (18/06/2024)

- 1) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

- 2) Proposição nº 1.00873/2021-72
- Requerente: Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Art. 17, §1º, da Lei nº 8.429/92, disciplinando o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Fernando da Silva Comin

- 3) Conflito de Atribuições nº 1.00535/2024-65 (Recurso Interno)
- Recorrentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
- Recorrido: Procuradoria da República – Santa Catarina
- Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2023.000025594-4. Notícia de Fato nº 1.33.015.000082/2023-21. Apuração de supostos delitos ambientais relacionados à supressão de vegetação em que há espécies ameaçadas de extinção (araucárias, cedro rosa e imbuia). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Joinville/SC.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
- Origem: Santa Catarina
- Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 4) Conflito de Atribuições nº 1.00536/2024-19 (Recurso Interno)
- Recorrentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
- Recorrido: Procuradoria da República – Santa Catarina
- Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2023.00002601-0. Notícia de Fato nº 1.33.015.000078/2023-63. Apuração de supostos delitos ambientais relacionados à supressão de vegetação em que há espécies ameaçadas de extinção (araucárias, cedro rosa e imbuia). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Joinville/SC.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
- Origem: Santa Catarina
- Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 5) Conflito de Atribuições nº 1.00538/2024-26 (Recurso Interno)
- Recorrentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
- Recorrido: Procuradoria da República – Santa Catarina
- Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato Criminal nº 01.2023.00016610-0. Notícia de Fato nº 1.33.015.000073/2023-31. Apuração de supostos delitos ambientais relacionados à supressão de vegetação em que há espécies ameaçadas de extinção (araucárias, cedro rosa e pinheiro). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Joinville/SC.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
- Origem: Santa Catarina
- Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2024 (13/08/2024)

- 10) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
- Requerente: Jarbas Soares Junior
- Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Minas Gerais
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00642/2024-84
- Requerente: Alan Pierre Chaves Rocha
- Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
- Interessada: Amanda Silvestre Patrus Ananias
- Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ofício n.º 036/2024-PGJ. Designação de Promotora de Justiça Substituta para exercício da função eleitoral da 75ª Zona Eleitoral, em Parauapebas. Alegação de falta de transparência. Pedido para que a indicação de Promotores de Justiça para exercício da função eleitoral seja feita conforme a Resolução CNMP n.º 30/2008. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
- Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00655/2023-08 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Sigiloso
- Advogada: Fernanda Pereira da Silva – OAB/RJ nº 168336
- Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
- Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- Origem: Rio de Janeiro

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2023-42 (Recursos Internos)
- Recorrentes 1: Abraão Moises Queiroz Matalon e Outros
Advogada: Rachel Siza Tribuzy – OAB/AM nº 6863
Recorrido 1: Ministério Público do Estado do Amazonas
Recorrente 2: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Luciano de Almeida Souza Coelho – OAB/AM nº 9919; Michelle Nascimento Tachy Coelho – OAB/AM nº 9918
Recorrido 2: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00000289-5. Anteprojeto de Lei que visa alterar o regime jurídico e a tabela de vencimentos dos servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Alega existir erros materiais, formais e processuais no procedimento; além do cerceamento da participação do órgão sindical e de seus interessados e prejudicados pela reestruturação proposta. Pedido de Liminar.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2024 (10/09/2024)

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00566/2024-52 (Recurso Interno)
- Recorrente: Enderson Flavio Costa Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para provimento de vagas no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Pedido de publicação de edital com metodologia e critérios de avaliação da prova oral, bem como correção das provas orais de todos os candidatos em relação aos Grupos II, III e IV. Pedido de anulação e refazimento da etapa oral referente ao Grupo I. Pedido de não eliminação de candidatos que realizaram a prova oral e obtiveram, na média, nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00731/2024-11 (Recurso Interno)
- Recorrente: Paulo Nicholas de Freitas Nunes
Advogados: Paulo Nicholas de Freitas Nunes – OAB/AL nº 5076; Fernanda Marinela de Sousa Santos – OAB/AL nº 6086B
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça. Prova Oral. Determinação para que seja considerado aprovado o candidato que obtiver média igual ou superior a 50 pontos, independentemente de notas inferiores a 50 pontos em qualquer um dos grupos de perguntas (I, II, III ou IV). Pedido liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
- 16) Conflito de Atribuições nº 1.00896/2024-00
- Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito positivo de atribuições. Procedimento SEI nº 29.0001.0112717.2024-06. Procedimento administrativo visando a apurar o cumprimento de medidas de segurança em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

- 17) Conflito de Atribuições nº 1.00899/2024-63
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Notícia de Fato n.º 1.30.001.001569/2024-73. Possível prática de estelionato, em face da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), em razão de suposta emissão de cheque sem fundo para uso da infraestrutura portuária.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Rio de Janeiro
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00915/2024-18
Requerentes: Carla Brant Correa Sebba Roriz; Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Irresignação com decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás, na 5ª Sessão Extraordinária de 2024, que resultou no indeferimento das inscrições para promoção para entrância final, conforme Editais de nº 1 a 13/2024, por ausência de anexação do comprovante de residência. Requer a suspensão da publicação do resultado da promoção por antiguidade, Edital nº 8/2024, e o consequente deferimento das inscrições das peticionantes, com o fim de promovê-las a 7ª Promotoria de Justiça de Formosa, com a opção de permanecerem nas promotorias onde se encontram. Pedido de Liminar.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Goiás
- 19) Conflito de Atribuições nº 1.00946/2024-05
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Processo SIS Digital n.º 0161.0000884/2024. Apuração de possível vício de qualidade em produto de creatina em pó.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (24/09/2024)

- 20) Reclamação Disciplinar nº 1.01028/2022-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrentes: Sigiloso
Advogados: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698; Michelle Aguiar da Costa – OAB/RJ nº 204603; Alexandre Mendonça Arruda Pontes – OAB/RJ nº 112026; Joaquim Jair Ximenes Aguiar Junior – OAB/DF nº 28424
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878A
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro

- 21) Reclamação Disciplinar nº 1.01321/2022-71 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Sigiloso
Advogado: Leonardo Mendes Zorzi – OAB/PR nº 82648
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; André Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Carlos Mohn Roller – OAB/DF nº 62.938
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
- Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraná
- 22) Reclamação Disciplinar nº 1.00084/2024-57 (Recurso Interno)
- Recorrente: Renato Gonçalves Coletes
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 23) Notícia de Fato nº 1.00111/2024-00 (Recurso Interno)
- Recorrente: Luiz Roberto Pereira
Objeto: Notícia de Fato. Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa supostas irregularidades na condução de procedimentos extrajudiciais.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: São Paulo
- 24) Notícia de Fato nº 1.00352/2024-12 (Recurso Interno)
- Recorrente: Miguel Tonieto Gazzineo
Advogado: Marcio Rafael Gazzineo – OAB/CE nº 23495
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Informa supostas irregularidades da atuação ministerial no bojo de processos judiciais.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Ceará
- 25) Reclamação Disciplinar nº 1.00367/2024-35
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Goiás
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Goiás

- 26) Notícia de Fato nº 1.00392/2024-09 (Recurso Interno)
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal
Advogados: Renato Deilane Veras Freire – OAB/DF nº 29486; Guilherme Portela – OAB/DF nº 40691; Leonardo Leal Barroso Bastos – OAB/DF nº 42769; Fabiane Ribeiro Maciel Amorim – OAB/DF nº 61226; Inacio Bento de Loyola Alencastro – OAB/DF nº 15083; Igor Abreu Farias – OAB/DF nº 34498; Ana Karolina Pereira dos Reis – OAB/DF nº 63589
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Informa suposta ausência de justa causa para o oferecimento de denúncia.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 27) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00454/2024-65
Requerentes: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requeridos: PRM-SC-Joinville – 3º Ofício; Procuradoria da República – Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Preservação da autoridade da decisão do CNMP. Requer que o 3º Ofício da Procuradoria da República de Joinville observe o que foi decidido no bojo do Conflito de Atribuições nº 1.00608/2023-38 (e 8 processos apensos). Imediata apuração dos casos apresentados em nove notícias de fato com a adoção das respectivas medidas legais cabíveis por parte do 3º Ofício.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 28) Notícia de Fato nº 1.00468/2024-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Mauricio Betito Neto
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
- 29) Reclamação Disciplinar nº 1.00474/2024-54 (Processo Sigiloso)
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rondônia
- 30) Conflito de Atribuições nº 1.00512/2024-05
Requerente: Ministério Público do Estado de Tocantins
Requerido: Procuradoria da República – Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Procedimento Extrajudicial nº 2018.0005607. Ministério Público Federal no Estado de Tocantins. Procuradoria da República no Município de Araguaína. NF nº 1.36.001.000157/2015-10. Conflito Negativo de Atribuições. Apura eventual irregularidade na construção de casas populares no Assentamento Vale do Rio Corda, zona rural do Município de Riachinho/TO, realizado pela empresa CONSTRUTORA MELO LTDA. Recursos oriundos do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Tocantins

- 31) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00513/2024-69 (Processo Sigiloso)
- Requerentes: Conselho Nacional do Ministério Público; Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
- Advogado: Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Junior – OAB/MA 9.472-A
- Interessado: Ministério Público do Estado do Maranhão
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Processo Administrativo Disciplinar. Apuração de suposta exigência de nomeações para cargos em comissão da Câmara de Vereadores de São Luís/MA. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.01116/2023-14. Portaria CNMP-CN nº 18/2024.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Maranhão
- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00565/2024-07
- Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
- Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de fato nº 02.16.0701.0022216/2023-57 (Inquérito Civil nº 1.22.002.000122/2023-68). Apuração de irregularidades na Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande (COHAGRA), sociedade anônima cujo maior acionista é o Município de Uberaba/MG.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Minas Gerais
- 33) Pedido de Providências nº 1.00579/2024-68
- Requerentes: Karla Helenne Vicenzi; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Paraná
- Requerido: Thais Barbosa Athayde da Silveira
- Interessado: Ministério Público do Trabalho
- Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público do Estado do Paraná da 9ª Região/Curitiba, relativo às relações de trabalho na modalidade de associação entre advogado e sociedade de advocacia. Alegação de irregularidades no referido termo.
- Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Paraná
- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00652/2024-29
- Requerentes: 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada do Núcleo Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada. MPRJ 2024.01287404. NF 1.30.001.004551/202. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. NF 1.30.001.004551/2023-42. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível prática do crime de usurpação de função pública, em que investigado se apresenta, em grupos de WhatsApp, como Policial Rodoviário Federal, por meio do uso do brasão institucional, para incitar a violência e disseminar "fake news".
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- Origem: Rio de Janeiro

- 35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00668/2024-03
Requerente: Willian da Silva Magalhães
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. XIII Concurso Público para ingresso na Carreira. Provimento de cargo de Promotor de Justiça. Prova de títulos. Determinação para correção da pontuação total. Exercício de outro cargo, emprego ou função pública privativa de Bacharel em Direito. item 13.3, alínea “C”, subalínea “C1”, do Edital n.º 1 – MPE/AC.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Acre
- 36) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2024-63 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Emmanuelle Alves Ferreira da Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Revisão do procedimento disciplinar nº 102022948. Apuração de irregularidades cometidas na Ação Penal nº 0022311-45.2018.8.12.0001.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso do Sul
- 37) Reclamação Disciplinar nº 1.00762/2024-09 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Advogadas: Luciana Claudia de Oliveira Costa – OAB/RN nº 3456; Ivana Patricia de Araujo Bezerra de Paula – OAB/DF nº 16.952
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio Grande do Norte
- 38) Reclamação Disciplinar nº 1.00872/2024-99 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí

39) Conflito de Atribuições nº 1.00875/2024-50

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.012.000480/2024-11. Protocolo MPSP nº 057/21 (SEI sob nº 29.0001.0064690.2021-48). Apuração de suposta prática de contravenção penal de jogo de azar (art. 50, do Decreto-Lei nº 3.688/1941 c/c art. 40, do Decreto-Lei nº 6.259/1944). Município de Registro/SP.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: São Paulo

40) Conflito de Atribuições nº 1.00876/2024-03

Requerente: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.35.000.000865/2024-81. PPIC 40.23.01.0012. Apuração de suposta omissão do Município de Lagarto em emitir certidões de uso e ocupação do solo.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Sergipe

41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00885/2024-02 (Recurso Interno)

Recorrente: Juliana Pontes da Fonseca
Advogado: Rafael da Silva Braga – OAB/SP nº 503709
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido para que candidatos negros e com deficiência não se submetam aos mesmos critérios de aprovação dos candidatos da ampla concorrência, no tocante à nota mínima, referente a concursos para Promotor de Justiça. Efetivação do sistema de cotas nas provas preambular, escrita e oral, e não apenas na preambular. Possibilidade de alteração da Resolução CNMP nº 14/2006. Pedido de liminar.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Minas Gerais

42) Conflito de Atribuições nº 1.00894/2024-95

Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Notícia de Fato nº 1.11.000.000693/2024-87 (2.2024.0000.0121-2 MP/AL). Apuração de eventual fraude em face do INSS.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Alagoas

43) Conflito de Atribuições nº 1.00905/2024-73

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça Criminal da Capital. Autos nº 0001277-61.2024.8.26.0050. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz. Autos 5001845-30.2021.8.24.0057. Conflito Negativo de Atribuições. Apura prática do crime de apropriação indébita em desfavor da empresa vítima Copasa Veículos LTDA, sediada em São Paulo. Apropriação de valores depositados em conta bancária, localizada em Santo Amaro da Imperatriz/SC, destinados ao pagamento de débitos em atraso de veículo vendido à terceiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina

44) Conflito de Atribuições nº 1.00907/2024-80

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotora de Justiça do Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância – GEGRADI. SIS nº 1618.0000420/2023. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Núcleo Técnico de Combate aos Crimes Cibernéticos. NF 1.34.001.004613/2023-77. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposto crime de LGTBfobia ocorrido no Fórum pandlr.com, em grupo aberto e de acesso público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo

45) Conflito de Atribuições nº 1.00911/2024-01

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal em Minas Gerais. Processo SEI nº 29.0001.0034330.2024-12 (1.22.000.003227/2023-99 MPF). Suposta incitação ao crime de vilipêndio de cadáveres.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo

46) Conflito de Atribuições nº 1.00914/2024-64

Requerente: Ministério Público do Estado de Roraima
Requerido: Procuradoria da República – Roraima
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Ministério Público Federal no Estado de Roraima. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF-AM-1026878-45.2021.4.01.3200-INQ. Procedimento SIMP 009710-010/2023. Apuração de suposta prática do crime previsto no artigo 299, do Código Penal, em razão da inserção de informações falsas nos DOFs.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Roraima

47) Pedido de Providências nº 1.00923/2024-55 (Recurso Interno)

Recorrente: Jeremias Araujo
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. NF 08192.143717/2023-41. Alega erros de atuação do 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial quanto às investigações das denúncias apresentadas pelo requerente. Irresignação com a promoção de arquivamento.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

48) Conflito de Atribuições nº 1.00948/2024-12

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. 4ª Promotora de Justiça do Consumidor da Capital. CAC SIS 0161.0000121/2024. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 14ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Belo Horizonte. Investigação Preliminar n.º: 02.16.0024.0056233/2024-58. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível violação da legislação consumerista pela Empresa Riot Games Serviços Ltda. que teria suspenso, sem justificativa, serviço pago que autoriza o titular de conta do jogo online League of Legends a alterar a região da respectiva conta, contudo, essa transferência está suspensa no Brasil há mais de dois anos.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Minas Gerais

49) Conflito de Atribuições nº 1.00959/2024-10 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Notícia de Fato nº 02090.000.508/2024 (01.2024.0002077303 MPSC). Apuração a respeito de infrequência escolar de menor domiciliada em Indaial/SC, e suposta mudança do núcleo familiar para Garanhuns.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina

50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00967/2024-58

Requerente: Zully Ferreira Borges
Advogado: Fabio Costa de Miranda Santos – OAB/BA nº 34460
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso Público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Edital nº 1, de 2023. Requer que todos os candidatos, aprovados ou não, tenham o direito de recorrer das notas recebidas na fase oral do certame. Solicita reabertura do prazo recursal das provas orais e o reconhecimento da ilegalidade quanto ao indeferimento do recurso apresentado pela requerente na prova do Grupo IV. Requer ainda a reabertura da fase de títulos possibilitando que a requerente possa concorrer as demais fases do certame. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Bahia

51) Conflito de Atribuições nº 1.00979/2024-00

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000123/2024-89. Inquérito Civil nº 000860-509/2019. Apuração de possível prática de nepotismo na Secretária Municipal de Educação de Caxias/MA.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Maranhão

- 52) Conflito de Atribuições nº 1.00980/2024-61
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Processo TJPR nº 0004573-67.2024.8.16.0148. Processo TJMS nº 0030641-26.2021.8.12.0001. Apuração de suposta prática do crime de furto e extorsão, previstos no art. 155, caput, e art. 158, do Código Penal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Paraná
- 53) Conflito de Atribuições nº 1.00990/2024-06
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Guarujá. Autos 0000743-20.2023.8.26.0223. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Procuradoria da República no Município de Santos. NF 1.34.012.000792/2022-63. Conflito Negativo de Atribuições. Apura a ocorrência de crime de racismo, em decorrência da prática de discriminação racial e xenofóbica contra os nordestinos, devido ao resultado das eleições presidências de 2022, por meio da rede social Facebook.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo
- 54) Conflito de Atribuições nº 1.00997/2024-91 (Processo Sigiloso)
Requerentes: Ministério Público Eleitoral; Procuradoria Regional Eleitoral/SP
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Eleitoral. Ministério Público do Estado de São Paulo. Autos nº 0600378-89.2024.6.26.0176. Apuração de possíveis crimes de associação criminosa, peculato e usurpação da função pública.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 55) Pedido de Providências nº 1.01005/2024-70
Requerente: Sidney Machado Vaitkevicius
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessada: Erica Vieira de Loiola Sousa
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle da atuação. Suposta irregularidade na continuidade de procedimento com parecer de arquivamento. Prejuízos ao requerente.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

56) Conflito de Atribuições nº 1.01029/2024-84

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. NF 1.22.000.001329/2024-51. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 12ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves. NF 02.16.0301.0030036/2023-72. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possível irregularidade de trabalho exercido em condição análoga à escravidão, que a vítima laborou na casa da empregadora por 26 anos, no Município de Igarapé/MG, e nunca recebeu qualquer direito trabalhista, além de ter sido privada do contato com os familiares.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público